



**NIEP
MARX**

Núcleo Interdisciplinar de Estudos e
Pesquisas sobre Marx e o Marxismo

Marx e o Marxismo 2013: Marx hoje, 130 anos depois

Universidade Federal Fluminense – Niterói – RJ – de 30/09/2013 a 04/10/2013

TÍTULO DO TRABALHO			
Um novo momento da ascensão burocrática na CUT: a construção dos assim chamados “espaços públicos não estatais” (1999-2003)			
AUTOR	INSTITUIÇÃO (POR EXTENSO)	Sigla	Vínculo
Rodrigo Dias Teixeira	Universidade Federal Fluminense	UFF	Doutorando
RESUMO (ATÉ 20 LINHAS)			
A CUT percorreu um relativamente curto (porém intenso) caminho em direção à concepção social-liberal de sindicalismo. Esta visão foi possibilitada pela expansão da burocracia sindical. Um primeiro momento desta ascensão burocrática ocorreu através do descolamento de dirigentes profissionalizados, tendo como base material a realização de cursos de Formação Profissional com recursos provenientes do FAT. Um segundo momento ocorreu através da construção pela própria CUT dos assim chamados “espaços públicos não estatais”. Os “espaços públicos não estatais” congregam tanto do ponto de vista ideológico (percepção social-liberal da concepção de Estado), quanto material (recebimento de volumosos recursos e ascensão de sindicalistas profissionais especialistas) um novo momento da burocratização da CUT. Dessa maneira, a Central Única dos Trabalhadores propagandeou no interior da sociedade civil um novo consenso ativo em torno da hegemonia social-liberal, dirigida moral e intelectualmente pela burguesia. Foi este social-liberalismo que chegou a direção do Estado Brasileiro através da eleição de Lula da Silva em 2002.			
PALAVRAS-CHAVE (ATÉ TRÊS)			
CUT – Governo Lula da Silva – Social-liberalismo			
ABSTRACT			
KEYWORDS			
EIXO TEMÁTICO			
Marx, o marxismo e o Estado			

O novo momento da ascensão burocrática na CUT: a construção dos assim chamados “espaços públicos não estatais”

Como já elucidado em estudo anterior¹, a CUT percorreu um relativamente curto (porém intenso) caminho em direção à concepção social-liberal de sindicalismo. Esta concepção foi possibilitada pela expansão da burocracia sindical no interior da Central.

A estrutura sindical brasileira, mesmo após o fim da ditadura militar, mantinha fortes tendências corporativistas também no interior do sindicalismo cutista². Se na década de 1980 a

¹ Para onde foi a CUT? Do classismo ao sindicalismo social-liberal

conjuntura política favorável de ascenso das lutas e das greves “oxigenava” a CUT, quando chegamos à década de 1990, as tendências mais gerais de burocratização se afirmaram. A conformação de uma estrutura sindical realmente autônoma e democrática foi muito aquém do necessário. Estas tendências só se consolidaram com força, pois mesmo nos momentos de maior avanço das lutas existiram medidas e desvios de rota que foram na contramão da conjuntura em que se encontravam o Brasil. Se por um lado a manutenção da postura combativa da CUT contribuiu para o crescimento das mobilizações e greves, por outro, as transformações da sua estrutura organizativa e da concepção de mundo de alguns de seus dirigentes caminhavam no sentido da desmobilização e do descolamento da Central da participação efetiva dos trabalhadores. Estes dirigentes, se não tinham a capacidade de aplicar em totalidade sua política no interior da CUT (devido a diversos fatores como a correlação de forças interna, a posição da Central na conjuntura em oposição a FHC, a existência ainda de certa democracia sindical, etc), assim fizeram em “mega sindicatos”, como nos Sindicatos dos Metalúrgicos da região do ABC, nos quais tinham uma influência bem maior.

As mudanças que ocorreram não foram uniformes, e em grande medida foram guiadas pelas políticas realizadas no Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, como no caso da Formação Profissional e nas atividades de Intermediação de Mão de Obra e Cooperativismo. O “Integrar”, projeto piloto de Formação Profissional implementado pelo sindicado dos Metalúrgicos do ABC em 1996, tornando-se um dos pilares da atuação da Confederação Nacional dos Metalúrgicos (CNM) nessa área, foi a experiência que a CUT utilizou como base para formulação de seu próprio plano de atuação em Formação Profissional.

Dessa forma, “experiências piloto” foram gestadas nos Sindicatos dos Metalúrgicos do ABC, berço do “sindicalismo lulista”, que posteriormente tornaram-se o padrão de atuação da CUT nas áreas citadas, irradiando sua política por todo o país. *A atuação do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, dominado pela Articulação Sindical, foi marcante para as transformações que ocorreram na CUT.* Em muitos momentos, a Central como um todo era dirigida pelas políticas defendidas por aquele sindicato, especialmente após a constituição do “sindicato unificado” dos metalúrgicos do ABC e nas duas gestões de “Vicentinho” (1994-2000) como Presidente da CUT (ex-presidente do referido sindicato).

² Uma demonstração clara deste fato foi a posição expressada pelos delegados presentes no 4º CONCUT (1991) sobre o imposto sindical: apenas 31% dos delegados presentes afirmaram que devolviam o dinheiro do imposto sindical, ao invés de utilizá-lo.

Se a CUT manteve-se claramente classista no período que vai de sua fundação em 1983 até 1991 (IV CONCUR), entre 1991 e 1994 (IV e V CONCUR's) temos uma transição em direção a um sindicalismo conciliador. O período regido por esses dois Congressos Nacionais (inclusive os congressos em si) foi pautado por intensas disputas no interior da Central, iniciando a quebra do consenso geral de que todos na CUT seriam classistas e socialistas. Nesta época a CUT tinha cada vez mais contradições, pois ao mesmo tempo em que realizava lutas contra o ajuste neoliberal e mantinha-se uma frente única de massas, começava a reformular sua atuação. Um marco fundamental dessas transformações foram as deliberações da 7ª Plenária Nacional, em agosto de 1995. Com o congresso de 1997 e a nova perspectiva de atuação da Central através da constituição de “espaços públicos não-estatais”, e recebimento de recursos através do FAT para implementação de atividades de Formação Profissional, intermediação de emprego, cooperativismo e acesso ao crédito, a CUT consolidou sua transição, tornando-se uma central social-liberal. Estas transformações tiveram relação direta com as mudanças na conjuntura (queda do muro de Berlim e descrença na alternativa socialista, vitória de Collor sobre Lula da Silva em 1989, expansão do ideário neoliberal e da reestruturação produtiva, vitória e reeleição de FHC, aumento do desemprego e declínio das greves, etc), como também com a disputa realizada internamente.

Do ponto de vista das relações internas entre as correntes sindicais, a Articulação Sindical, no período entre 1983 e 1991, dirigiu intelectual e moralmente a CUT, baseando sua atuação na maioria conseguida na base (imprimindo essa maioria nas votações) e nos consensos possíveis realizados com as correntes minoritárias. As divergências existentes já eram grandes nessa época (como na votação no III CONCUR em 1988 sobre o “funil” para eleição dos delegados ou a ratificação da participação nas câmaras setoriais e a filiação à CISOL em 1992), mas ainda mantinham-se pontos de convergência entre a maioria e a minoria. A partir do IV CONCUR, com o novo cenário formado pelo “funil”, que gerou a forte diminuição de delegados na base, como também devido ao golpe na votação da proporcionalidade qualificada e nas fraudes existentes nas delegações ao Congresso, os espaços de “democracia sindical” foram diminuindo na Central, e gradativamente novas formulações foram ganhando densidade. *A Articulação Sindical, no período entre o IV e o V CONCUR's, entrou numa fase de transição na qual deixou de dirigir a CUT, para então dominá-la.* A chapa única que aconteceu no V CONCUR (1994) tinha maior relação com a necessidade de superação da “crise” instaurada no Congresso Nacional anterior (que terminou inclusive com agressões físicas), e afirmação da aposta de todos ainda na CUT, do que com o avanço em uma maior unidade programática.

Especialmente a partir do IV CONCUR (1991), o acordo geral de que todos na CUT eram classistas foi gradativamente quebrado, diminuindo o consenso que antes existia entre a maioria e

minoria, parte fundamental da direção intelectual e moral conduzida pela Articulação Sindical internamente. A quebra de consenso e “sufocamento” dos espaços de democracia sindical foram dois aspectos de um mesmo processo de mudanças que ocorreram no interior da Central. Estas transformações tiveram relação também com o posicionamento estratégico da CUT, já que na passagem para tornar-se corrente dominante internamente na Central, a Articulação Sindical foi pouco a pouco sendo dirigida intelectual e moralmente pela burguesia, aplicando como seu o programa das classes dominantes. Um sindicalismo social-liberal, pois a CUT era uma Central que provinha da tradição socialista, e que acabava por utilizar sua legitimidade no interior das massas para propagação do projeto neoliberal, defendendo certos desvios de rota e adaptações táticas no interior das suas margens de manobra.

É importante destacar o peso fundamental que detinham as forças minoritárias (como a “CUT pela Base” e a “Convergência Socialista”) e sua capacidade de influência em torno das decisões da CUT. O IV Congresso Nacional (1991) foi um exemplo da capacidade de polarização que as correntes que mantiveram a postura classista conseguiram realizar no interior da Central, chegando inclusive a ganhar uma votação e dividir a Executiva Nacional ao meio. Além disso, as correntes minoritárias, mesmo que perdessem as votações, influenciavam nas resoluções da maioria, que acabava mesclando elementos das propostas minoritárias para manutenção de certo consenso no interior da CUT. Esta influência das correntes minoritárias passava também por grandes sindicatos de base, confederações e CUT`s Estaduais, que mantinham acesa a chama das lutas, impulsionando a Central para frente, e resistindo às políticas implementadas pela maioria. Mesmo com a dominação da CUT pela Articulação Sindical, o que tornava inviável uma mudança estrutural que reconduziria a Central de volta ao classismo e ao socialismo, as correntes sindicais classistas mantiveram seu papel de questionamento, fazendo propostas alternativas e mobilizando suas bases. A manutenção do papel conjuntural da CUT enquanto uma frente única de massas na década de 1990, apesar da concepção e da prática da Articulação Sindical, só foi possível graças correlação de forças interna forjada pela postura política das correntes minoritárias, as quais se mantinham na defesa do classismo e do socialismo. A contradição da consolidação da CUT enquanto social-liberal, e a necessidade da existência de uma ferramenta de luta anti-neoliberal, que resistisse aos ataques das classes dominantes, era acirrada pelo papel que tiveram as correntes minoritárias, impulsionando a Central a ter uma postura de oposição de esquerda ao programa conservador de FHC.

A CUT, para consolidar este novo viés social-liberal, se propunha a superar sua concepção de Central operária, para tornar-se uma Central “cidadã”. O esvaziamento da perspectiva de independência de classe teve como “roupagem” o “sindicalismo cidadão”, o qual se apropriou de

termos em disputa no interior do imaginário da sociedade (como cidadania, democracia, igualdade, solidariedade, justiça, etc) de forma resignificada, como parte de sua transição em direção a um sindicalismo conciliador.

Além disso, não podemos esquecer-nos do papel que a Força Sindical teve nas mudanças do sindicalismo brasileiro. Se CUT foi gradativamente descolando-se da base, e construindo políticas voltadas para o pacto-social, a Força Sindical teve uma atuação neoliberal desde sua fundação em 1991, sendo pioneira na utilização de recursos para implementação de formação profissional, intermediação de mão-de-obra e seguro desemprego³.

No que tange a Política de Formação da Central, ocorreu inicialmente a transição de uma formação político-sindical de cunho classista, para uma sindical-instrumental pautada pelo exercício da “cidadania plena”. Ocorreu um aprofundamento dessa perspectiva com a eleição de uma nova direção para a Secretaria Nacional de Formação em 1994 (V CONCURTO), além do início do processo de subordinação da política de formação sindical-instrumental à formação profissional. É importante destacar a tentativa de apagar da memória da CUT o período anterior a ocupação desta secretaria pela “Articulação Sindical”. O período de 1984-1986 foi extremamente rico no que tange a organização da formação político-sindical cutista, sendo a tentativa de apagá-lo um sintoma da mudança de rumos ocorrida no período posterior.

Desde a eleição de Jorge Lorenzetti no final de 1986, a SNF manteve-se sob controle da “Articulação Sindical”. Temos a reeleição de Jorge em 1988 e 1991, depois um mandato de Mônica Valente (1994-1997), e em seguida a eleição de Altemir Tortelli (1997-2000), com sua reeleição no ano de 2000. Foram, portanto, 14 anos de manutenção da mesma diretriz política na área de formação da CUT, o que fez com que a *Secretaria tivesse certa blindagem em relação às disputas internas ocorridas*. Mesmo que estas disputas influenciassem nos rumos da Política de Formação, pois seus resultados possibilitaram a manutenção da hegemonia da “Articulação Sindical” na CUT, o debate específico em torno do tema teve uma diretriz clara, referenciada em um processo longo de aprofundamento de suas características, sem grandes reviravoltas ou mudanças de rumos. Devemos também destacar que a “Articulação Sindical” detinha quase que totalidade das Secretarias Estaduais de Formação nas CUT’s Estaduais. Podemos avaliar também que as transformações ocorridas na CUT, indo em direção a execução de cursos de Formação Profissional, teve a influência de alguns fatores, como: 1) Participação nos fóruns tripartites vinculados ao FAT, como o CODEFAT e as Comissões Estaduais e Municipais de Emprego. 2) Abertura da possibilidade de execução de atividades na área de formação profissional. 3) A perspectiva da democratização do

³GIANNOTTI, Vito. Força Sindical: A central Neoliberal. Rio de Janeiro, Maud, 2002

Estado através da criação de espaços “públicos não estatais”. 4) A manutenção da participação da “Articulação Sindical” na Secretaria Nacional de Formação durante 14 anos (1986-2000).

Desde o V CONCURTO, em 1994, no qual as atividades de formação profissional nos sindicatos filiados a CUT deviam ser “avaliadas enquanto experiências”, passando pela realização do “Integrar” pela Confederação Nacional dos Metalúrgicos em 1996, pelo “Integral” construído pelo CUT em 1997/1998, até consolidar-se no programa “Integração” em 1999, a Central foi progressivamente aumentando sua participação na execução de cursos de Formação Profissional. Como dito anteriormente, estas eram experiências realizadas, primeiramente, pelo sindicato dos metalúrgicos do ABC, berço do lulismo.

Além da mudança de concepção, no qual um dos centros de atuação para superação do desemprego torna-se a requalificação profissional do trabalhador, a CUT tendeu a atrelar-se ao Estado, pois foi a partir dos recursos provenientes do FAT, em sua grande maioria, que os cursos de formação profissional foram realizados.

Tivemos, então, um momento de forte ascensão burocrática através do descolamento dos dirigentes profissionalizados, tendo como base material a realização de cursos de Formação Profissional com recursos provenientes do FAT. Outro momento desta ascensão burocrática foi através da consolidação, pela própria CUT, da construção dos assim chamados “espaços públicos não estatais”. Os “espaços públicos não estatais” congregam tanto do ponto de vista ideológico (percepção social-liberal da concepção de Estado), quanto material (recebimento de volumosos recursos e ascensão de sindicalistas profissionais especialistas) um novo momento da burocratização da CUT.

Foi na 9ª Plenária Nacional da CUT que ocorreu, em primeira vez na Central, uma resolução mais sistemática e ampla sobre o tema dos “espaços públicos não estatais”.

O período preparatório da 9ª Plenária Nacional da CUT, ocorrida em agosto de 1999, foi marcada por intensa agitação. Sua data foi adiada 3 vezes, ocorrendo a redação de 3 cadernos de textos diferentes para debate⁴. Naquele momento, a importância do tema da “Formação Profissional e Sistema Público de Emprego” era tanta que os textos preparatórios para a 9ª Plenária eram quase que integralmente dedicados a essa discussão. Embora se tenha buscado o consenso, este foi impossível: as diversas tendências que compunham a Central polarizaram suas posições no campo da política de Formação Profissional.

⁴AFFONSO, Cláudia, (2001). A CUT conselheira: tripartismo e formação profissional. Concepções e práticas sindicais nos anos 90. Dissertação de mestrado. Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense. Pág 167

As resoluções aprovadas na 9ª Plenária construíram um conjunto que abarcava diversos temas. O entendimento que guiava a ampla gama de deliberações estava na perspectiva do “sindicalismo propositivo”, que deveria ter apontamentos em quase todas as áreas de políticas públicas; ao mesmo tempo, as resoluções transformavam-se quase em um caderno de textos, perdendo muito do seu foco político, especialmente sobre os temas polêmicos.

Na resolução sobre a “Política Nacional de Formação”, a Central radicalizava a perspectiva do “sindicalismo propositivo” como unificadora de suas propostas. A reestruturação produtiva devia ser negociada, e por isso a formação que norteava essa nova concepção sindical tinha como fundamento uma estratégia formativa que capacitava a gestão de políticas públicas e a atuação sindical na qualificação profissional:

“Diante das complexas mudanças pelas quais vêm passando o mundo do trabalho, que demandam intervenções cada vez mais qualificadas e propositivas por parte dos dirigentes e lideranças cutistas, coloca-se como imperativo para a PNF desenvolver ações, em sua estratégia formativa, que os capacite para a luta pela negociação da reestruturação produtiva desde os locais de trabalho; para a luta pela democratização e gestão das políticas públicas; para a atuação sindical em qualificação profissional, bem como para sua contratação nos processos de negociação coletiva e amadurecimento de proposições mais amplas que possibilitem um diálogo mais profícuo com a sociedade”⁵.

O importante era unificar as experiências existentes, construindo um avanço na nova perspectiva da PNF (Política Nacional de Formação), que devia “enfrentar o desafio de, a partir das experiências em curso, avançar nas reflexões, formulações e implementação de estratégias formativas que articulem as dimensões da formação sindical – formação profissional e educação formal”⁶.

No que tange a defesa da constituição de “espaços públicos estatais”, esta foi inserida num contexto de reescrita da memória da CUT, como se desde a década de 1980 ela defendesse o recebimento de recursos públicos por entidades da sociedade civil para realização de serviços sociais privatizados. Como consta na resolução aprovada pela Central, a implementação dessa política possibilitaria o caráter verdadeiramente público do Estado:

“A construção de espaços públicos não estatais é convergente com os princípios que sempre nortearam a ação da Central e de todo o campo democrático-popular no processo Constituinte de 1988, ancorados na crítica da natureza privatista do Estado brasileiro. Isto nos levou a propor novas formas e mecanismos decisórios sobre as políticas públicas,

⁵ Idem, ibidem.

⁶ Idem, ibidem.

resgatando o caráter público do Estado e propondo soluções alternativas às políticas governamentais predominantes (ou à ausência delas)”⁷.

Já que o Estado seria “privatista”, a própria CUT, construiria parte de um novo sistema “público” de emprego através de entidades “públicas não estatais”. Além disso, os “espaços públicos não estatais” modificariam as relações entre Estado e sociedade em quatro dimensões:

“E esses espaços, junto ao processo de disputa mais amplo de hegemonia política na sociedade, devem colocar-se para a CUT como oportunidades de fundação de novas bases para as relações entre o Estado e a sociedade, em especial no espaço público local. A construção desse novo espaço público deve ser capaz de promover inovações em quatro dimensões das relações entre o Estado e a sociedade, ao menos quanto à execução de políticas de emprego.

A primeira trata do envolvimento direto de entidades sindicais na gestão de políticas de emprego, trabalho e renda que por si só representa uma grande inovação, nesta década, para as relações do sindicato com a sua base social e com os desempregados.

A segunda envolve a criação de uma rede de instituições cooperantes, especialmente as universidades representativas de experiências e inserções distintas sobre as políticas de emprego e que, em razão dessas próprias características, podem oferecer uma contribuição decisiva para garantirmos qualidade e eficiência ao desenvolvimento e execução dessas políticas.

A terceira dimensão diz respeito à oferta articulada dos programas de seguro-desemprego, intermediação de mão-de-obra, educação e requalificação profissional, microcrédito, incubadoras de empresas, cooperativas de produção e populares e de iniciativas de estímulo ao primeiro emprego.

Estes programas são absolutamente necessários para o desenvolvimento de políticas de emprego orientadas à promoção da cidadania e à reinserção dos trabalhadores desempregados ou em situação de risco no mercado de trabalho.

A última dimensão diz respeito ao necessário papel complementar que as iniciativas de espaços públicos não estatais devem ter com a execução das políticas estatais de empregos dos municípios e dos governos estaduais. O Estado deve participar da execução de todas as iniciativas e dividir a responsabilidade com os atores organizados da sociedade, especialmente os sindicatos dos trabalhadores, na definição, acompanhamento, avaliação e sugestões de mudanças de rumos das políticas e programas.⁸”

Como descrito na resolução, as quatro dimensões modificadas seriam: 1) Envolvimento direto das entidades sindicais na gestão de políticas de emprego, trabalho e renda; 2) Criação de uma rede de instituições cooperantes, que garantam a eficiência, o desenvolvimento e a execução dessas políticas; 3) Oferta articulada de programas de seguro desemprego e afins; 4) Os espaços

⁷ CUT. Resoluções da 9ª Plenária Nacional (1999) In: CUT 20 anos – 1983 a 2003. *CD-ROM*

⁸ CUT. Resoluções da 9ª Plenária Nacional (1999) In: CUT 20 anos – 1983 a 2003. *CD-ROM*

públicos não estatais devem ter papel complementar com a execução das políticas estatais, as quais dividem sua responsabilidade com os atores organizados da sociedade.

Dito isto, em que medida esta concepção cutista sobre os “espaços públicos não-estatais” tem como base o social-liberalismo?

Para Bresser Pereira, a década de 1990 tornou claro o irrealismo da proposta neoliberal de reforma do Estado⁹. A crise econômica que gerou a necessidade do ajuste fiscal, da abertura comercial e do redimensionamento da atividade produtiva do Estado convergiu com uma crise de cunho político, que revelava a necessidade de novas formas de controle social sobre a administração pública. Com o fim da onda ultraliberal iniciada no fim dos anos 1970¹⁰, era necessária a superação do Estado Neoliberal, típico da década de 1990, como também do “Estado Social-Burocrático”, próximo dos modelos de “bem-estar social” europeu, através de um novo perfil de Estado, o social-liberal:

“Por meio do reforço das organizações não estatais produtoras de serviços sociais, como escolas, universidades, centros de pesquisa, hospitais, museus, orquestras sinfônicas, abre-se uma oportunidade para a mudança do perfil do Estado: em vez de um Estado Social-Burocrático que contrata diretamente professores, médicos, assistentes sociais para realizar de forma monopolista e ineficiente os serviços sociais e científicos, ou de um Estado Neoliberal que se pretende mínimo e renuncia a suas responsabilidades sociais, um Estado Social-Liberal, que por sua vez proteja os direitos sociais ao financiar as organizações públicas não-estatais que defendem direitos ou prestam os serviços de educação, saúde, cultura, assistência social, e seja mais eficiente ao introduzir a competição e a flexibilidade na provisão desses serviços. Um Estado que além de social e liberal seja mais democrático, pelo fato de que suas atividades sejam diretamente submetidas ao controle social.¹¹”

Para o autor, a existência de organizações públicas não-estatais seria um dos pilares da construção do novo Estado social-liberal. Estas são “organizações ou formas de controle "públicas" porque estão voltadas ao interesse geral; são ‘não-estatais’ porque não fazem parte do aparato do Estado, seja porque não utilizam servidores públicos ou porque não coincidem com os agentes políticos tradicionais.¹²”

A constituição destas entidades ocorreria devido a dois motivos fundamentais. Em primeiro lugar, a necessidade de maior controle social por parte da sociedade sobre as políticas

⁹ PEREIRA, Bresser e GRAU, Nuria Cunill. “Entre o estado e o mercado: o público não-estatal” In: Bresser-Pereira, L.C. e Nuria Cunill Grau, orgs., O Público Não-Estatal na Reforma do Estado. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999: 15-48.

¹⁰ PEREIRA, Bresser. “Uma nova gestão para um novo estado: liberal, social e republicano.” In: Revista do Serviço Público. Ottawa: 2011.

¹¹ PEREIRA, Bresser e GRAU, Nuria Cunill. “Entre o estado e o mercado: o público não-estatal” ... op cit. Pág 3.

¹² Idem, ibidem. Pág 2.

estatais, superando a crise de participação política e avançando na defesa dos “direitos republicanos” de cada cidadão:

“A importância crescente que adquire o público não-estatal se associa de maneira fundamental à necessidade de proteger os "direitos republicanos": os direitos que cada cidadão tem que o patrimônio público seja de fato público e não capturado por interesses particulares. (...)A importância crescente que adquire a noção do público está diretamente vinculada à consciência de que o Estado tem sido exposto, sobretudo no século XX, a um processo de privatização, dominado e capturado por interesses particulares, tanto de corporações privadas como das próprias burocracias.”¹³.

A democracia então seria cada vez mais fundamentada pela ação direta do cidadão, e não apenas pela sua expressão indireta através do voto. Ocorreria aqui um controle pelo cidadão das políticas públicas através do gerenciamento auto-exercido pelas entidades, constituindo novos espaços de cidadania também do ponto de vista ético, na promoção e defesa dos interesses públicos de forma coletiva.

Em segundo lugar, as entidades públicas não-estatais seriam mais eficientes e flexíveis para provisão de serviços sociais do que o “Estado burocrático”. A diminuição dos custos estaria aqui congregada não com a diminuição dos direitos sociais, mas com sua reestruturação através da constituição dos espaços públicos não-estatais. Ou seja, ao contrário do paradigma neoliberal de retirada de serviços sociais, aqui esses são mantidos (ou mesmo ampliados) pelo novo paradigma do “público não estatal”. O debate central é “como” estes serviços sociais devem ser prestados:

“As maiores preocupações políticas são agora aquelas que dizem respeito à responsabilização democrática e à eficiência administrativa - ou seja, transpor para os serviços públicos a eficiência econômica que os mercados asseguram à produção de bens e serviços, mantendo ao mesmo tempo seu caráter público.”¹⁴,

O princípio da competição seria um dos impulsionadores desta maior eficiência, como também a utilização de trabalho voluntário, que em conjunto com a possibilidade de distintas fontes de financiamento, geraria uma previsível diminuição dos custos¹⁵.

Nesta concepção social-liberal, o Estado não é inimigo da iniciativa privada, como também o mercado não é inimigo do acesso aos direitos sociais. Constrói-se uma relação de controle social e

¹³ Idem, ibidem. Pág 7.

¹⁴ PEREIRA, Bresser. “Uma nova gestão para um novo estado: liberal, social e republicano.” In: Revista do Serviço Público. Ottawa: 2011. Pág 9.

¹⁵ PEREIRA, Bresser e GRAU, Nuria Cunill. “Entre o estado e o mercado: o público... op cit. Pág 21

fiscalização da sociedade sobre o Estado, que deixaria suas “amarras” burocráticas, e elevar-se-ia a um novo patamar de agilidade possibilitada pela dinâmica da concorrência. Com um novo equilíbrio entre o estatal, o privado e o terceiro setor, a consolidação da democracia seria efetivada¹⁶. Assim, não há motivos para a manutenção do caráter “monopolista” do provimento dos serviços sociais por via estatal:

“porque o estado social-liberal 'acredita' na concorrência, que não é considerada contrária à cooperação (...) Esta crença nos mercados e na concorrência se expressa de duas maneiras. Em primeiro lugar, ao rejeitar a ideia do estado como produtor de bens e serviços para o mercado. O apoio à privatização e a empresas estatais competitivas advém desta crença. Em segundo lugar, ao afirmar que atividades não exclusivas do estado, como serviços sociais e científicos, que não são essencialmente monopolistas, não deveriam ser realizadas diretamente pelo estado: deveriam, com efeito, ser financiadas pelo estado, mas realizadas de forma competitiva por organizações sem fins lucrativos ou por organizações públicas não estatais.¹⁷”

O papel do Estado no provimento dos serviços sociais seria reestruturado. Entretanto, a transformação de serviços sociais estatais em “públicos não-estatais” não significaria que o Estado deixaria de ser totalmente responsável por eles, pois o financiamento público estatal seria mantido¹⁸.

No interior do “setor público não estatal”, Bresser Pereira distingue duas modalidades de organizações: as entidades públicas não-estatais, e as organizações de serviço público não-estatais.

As entidades públicas não-estatais teriam como base de sua atuação o trabalho voluntário, isenções tributárias e outros benefícios especiais. Organizações de defesa de valores básicos, inseridas no interior do espectro de atuação das “organizações públicas não estatais” (mais conhecidas como ONG’s), as quais têm como funções originais a interlocução política e a organização popular, agregando também a realização de certos serviços sociais nas áreas de educação, saúde e cultura.

As organizações de serviço público não-estatais (Ospnes) teriam sua atuação baseada no financiamento estatal; entidades previamente estatais ou constituídas por particulares que se propõe a realizar uma relação formal com o Estado, através do fomento e fiscalização. Sua estrutura em geral é realizada através de fundações de direito privado, muito comum em universidades e hospitais. Esta seria uma nova tendência, gerando no Brasil um novo paradigma denominado de “organizações sociais” (OS’s):

¹⁶ Idem, ibidem. Pág 19

¹⁷ PEREIRA, Bresser. “Uma nova gestão para um novo estado: liberal,... op. cit. Pág 10.

¹⁸ Idem, ibidem. Pág 20

“Vários casos ilustram mais recentemente esta tendência. Um, de caráter integral, é o trazido pelo Brasil através da proposta de transformação dos serviços sociais e científicos prestados diretamente pelo Estado em "organizações sociais", ou seja, em entidades autônomas que, por sua importância, participarão diretamente do orçamento do Estado.¹⁹”

Podemos destacar, então, que uma das principais características do Estado social-liberal é a terceirização, a qual se viabiliza através da transferência de recursos para as assim chamadas “organizações públicas não-estatais”. As verdadeiras políticas públicas são privatizadas, tornando-se serviços sociais geridos e implementados por organizações privadas, mas financiadas pelo Estado. O “novo consenso” do Estado social-liberal parte da premissa de que as críticas ao Estado neoliberal não devem atingir o centro de seu programa, a “eficiência” do mercado sobre as políticas públicas estatais:

“Em primeiro lugar, o estado, que no século XX assumiu novos papéis econômicos e sociais, permanece comprometido para com esses papéis, mas luta em favor da eficiência ao contratar com entidades públicas não-estatais, de forma competitiva, os serviços públicos sociais e científicos necessários. Em segundo lugar, a gestão pública, a fim de atender à demanda por eficiência, se está tornando mais autônoma e mais responsabilizável politicamente.. Está surgindo um novo estado porque está sendo exigido que a organização do estado mude, se descentralize e terceirize atividades, a fim de poder atender à demanda por maior eficiência.²⁰”

Como afirma Bresser em artigo publicado no jornal Folha de São Paulo em 1995, “não podemos continuar com o erro de confundir o público com o estatal”, visão esta corroborada por Tarso Genro:

“Conforme observou com muita propriedade Tarso Genro, em um artigo nesta página (18.7), o mundo globalizado da 3a. revolução tecnológica exige que se pense em "uma nova identidade para o 'público', que se confunde cada vez menos com o estatal... ao não compreender esses fatos estruturais, abdicamos de propor alternativas de controle público não-estatal (externo, de natureza social) como respostas de fundo ao privatismo triunfante"²¹.

Para Genro, é necessário responder a “crise do Estado na sua forma constituída pela Modernidade”, através de: 1) a combinação da democracia representativa com a democracia direta de participação voluntária; 2) a democratização dos meios de comunicação; 3) construção de novos regulamentos que incitem a solidariedade e equiparem a dignidade do serviço solidário ao trabalho

¹⁹ PEREIRA, Bresser e GRAU, Nuria Cunill. “Entre o estado e o mercado: o público... op cit Pág 24

²⁰ PEREIRA, Bresser. “Uma nova gestão para um novo estado: liberal,... op. cit. Pág 2

²¹ PEREIRA, Bresser. O Público Não-Estatal. Folha de São Paulo, 13/08/95

produtivo²². Com os sindicatos acuados pelo desemprego estrutural, um “novo espaço público” surge e transcende o que estava delimitado anteriormente, com novas formas autônomas de poder e influência, construindo uma nova “esfera pública não-estatal” a partir de diversas organizações locais:

“Esta nova esfera pública não-estatal, que incide sobre o Estado, com ou sem o suporte da representação política tradicional, contém milhares de organizações locais, regionais, nacionais e internacionais, que aumentam sem cessar a sua capacidade de organizar a sociedade e influir sobre o Estado. Elas promovem sua auto-organização por interesses aparentemente particulares: são entidades que militam para defender, desde a atenção para determinadas doenças, o direito à habitação e de acesso à terra, até para sustentar demandas tipicamente comunitárias. Estas entidades podem se tornar reais mediadoras da ação política direta dos cidadãos por seus interesses, sob controle destes, sem amarrar-se mecanicamente no direito estatal que regula a representação política.”²³

Através de um humanismo de novo tipo, o qual supera a ideia anterior de socialismo que resultou num totalitarismo, seria possível a construção de novas formas de se produzir, que partiriam do atual modo de vida, mas seriam orientadas pelo sujeito e por uma sociedade desenhada pela consciência. A criação deste novo modo de vida, conscientemente orientado, só poderia ser realizada através da cidadania:

“Esta cidadania, quando enfraquecida para fazer valer os seus direitos, organiza grupos de interesse que coletivizam as suas demandas antes individuais ou corporativas, que se transformam em demandas públicas. Criam, assim, uma dinâmica de negociações e pressões que, entre o Estado e a sociedade, geram um novo espaço que tem um caráter público e, ao mesmo tempo, não é absorvido pela tutela ou comando do Estado.”²⁴

Para Genro, as lutas pela superação da crise do Estado construiriam uma nova esfera pública, e dentro desta, a cidadania possibilitaria a emergência de novos espaços públicos não estatais.

Os dois autores, portanto, defendem os espaços públicos estatais como alternativa à crise do Estado, em oposição à dita “reforma neoliberal”. Seus argumentos e prerrogativas congregam-se no interior do amplo espectro do que chamamos de “programa social-liberal”. Como afirma Rodrigo Castelo, o fortalecimento do social-liberalismo é resultado de um novo período histórico:

“Os impactos mais fortes do aumento brutal da concentração de renda e riqueza nas mãos das elites financeirizadas derivadas do projeto neoliberal começaram a ser sentidos na década de 1990, quando surgiu uma onda de subversivismo espontâneo e elementar das classes subalternas, em

²² GENRO, Tarso. Os espaços públicos não estatais. Publicado em 5/4/2011. Visto em <http://tarsogenro.com.br/os-espacos-publicos-nao-estatais/> no dia 10/8/2013.

²³ Idem, Ibidem. Pág 4.

²⁴ Idem, ibidem.

especial nas periferias. Diante das tensões daí resultantes, o pensamento neoliberal incorporará o tema da "questão social" nas suas pesquisas e ações políticas. (...) no meu entender, [este programa] visa neutralizar as proposições igualitaristas representativas da esquerda, rebaixando o horizonte intelectual das forças sociais progressistas com os debates sobre equidade, igualdade de oportunidade, vulnerabilidade/exclusão/coesão social, ativismo ético e virtuoso de indivíduos empoderados e comunidades dotadas de capital social, bem como da funcionalidade do Terceiro Setor.²⁵

O social-liberalismo impõe-se como uma nova doutrina a partir tanto do desgaste do neoliberalismo do ponto de vista das classes dominantes e de sua aplicabilidade (perda de consenso), como também das transformações que ocorreram no interior da sociedade civil com aqueles que anteriormente questionavam as políticas neoliberais. É a conjunção destes dois elementos, a objetividade de uma nova conjuntura, e a subjetividade remodelada dos agentes sociais, que forjou um progressivo consenso em torno do social-liberalismo. Após a crise do “ajuste neoliberal”, a hegemonia burguesa foi retomada (e ampliada) através do social-liberalismo, especialmente pelo seu amplo consenso erguido no interior da sociedade civil. E nele a CUT teve papel crucial como aparelho privado de hegemonia, difundindo uma práxis social-liberal do/no “chão da fábrica”, indo além dele em direção ao Estado. Este deslocamento da CUT, do classismo ao social-liberalismo foi condição necessária (e parte ativa) da manutenção e aprofundamento da hegemonia burguesa no fim da década de 1990 e na década de 2000.

A concepção social-liberal de Estado, baseada na construção dos assim chamados “espaços públicos não estatais” foi, do ponto de vista ideológico, a principal propulsora da mais importante entidade privada de financiamento estatal controlada pela CUT: a Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS).

A ADS começou a ser construída no final de 1999, através de uma iniciativa “piloto” de um grande projeto cutista na área de economia solidária. Este projeto foi forjado no Grupo de Trabalho sobre economia solidária aprovado pela Executiva Nacional da CUT em 1998. Este GT deu origem, em setembro de 1999, a Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS-CUT)²⁶. No material produzido por esse Grupo de Trabalho, temos os princípios orientadores da Agência, que seriam:

“a gestão democrática e solidária do trabalho e da produção; a distribuição de renda; o desenvolvimento social e sustentável; a educação permanente dos trabalhadores e o respeito à

²⁵ CASTELO, Rodrigo. Social-liberalismo: uma ideologia neoliberal para a “questão social” no século XXI. Tese de Doutorado (ESS/UFRJ). Rio de Janeiro, 2011. Pág 206

²⁶ZARPELON, Sandra Regina. A esquerda não socialista e o novo socialismo utópico: aproximações entre a atuação das ONG's e o Cooperativismo da CUT. Mestrado em Ciência Política. UNICAMP, Campinas: 2003. Pág 50

diversidade étnica, cultural e regional, ambiental e de gênero. O objetivo geral da Agência de Desenvolvimento Solidário é gerar novas oportunidades de trabalho e renda em organizações de caráter solidário e contribuir com a construção de alternativas de desenvolvimento social e sustentável”²⁷.

A Agência de Desenvolvimento Solidário iniciou suas atividades com a estrutura de um escritório nacional e de escritórios regionais e estaduais, desenvolvendo atividades em parceria com a Unitrabalho e o Dieese. Existia o objetivo de ampliar essas parcerias, através do processo de diálogo crescente com outras entidades, como a Anteag, a Fase, a Abong e a Cáritas²⁸. No âmbito internacional, o objetivo era construir parcerias com a ICCO e a Agriterra (Ongs da Holanda), o Instituto de Estudos Sociais (Universidade da Holanda) e o Rabobank (Banco Cooperativo da Holanda).

No Texto “A CUT e a Economia Solidária”, uma das bases do projeto da ADS, Remígio Todeschini e Reginaldo Magalhães defendem que a necessidade de criação de “experiências coletivas de trabalho” são frutos das mudanças na economia mundial:

“O crescente desemprego, as transformações no mercado de trabalho e as transformações na própria organização econômica, no Brasil e no mundo, estão desencadeando um forte processo de expansão de novas formas de organização do trabalho e da produção. Um grande número de experiências coletivas de trabalho e produção estão se disseminando em todo o país.(...) o crescente desemprego e a insuficiência das políticas de geração de emprego tem levado um grande número de trabalhadores a buscar formas alternativas de trabalho e renda, seja na economia formal, seja em cooperativas de diferentes tipos”.

Dentro desta nova conjuntura, a proposta da CUT era construir uma nova política de geração de trabalho e renda:

“As propostas da CUT para a geração de emprego estão articuladas a uma visão estratégica de desenvolvimento que viabilize um novo processo de crescimento econômico com estabilidade e com distribuição de renda. Para isso, é fundamental a mudança dos condicionantes macroeconômicos combinado com políticas ativas de promoção de emprego. A proposta da CUT para um novo projeto de desenvolvimento no Brasil, voltado prioritariamente para a geração de emprego, tem o objetivo de superar tanto os condicionantes conjunturais quanto estruturais do desenvolvimento econômico”²⁹”

²⁷ “Grupo de Trabalho de Economia Solidária da CUT – A Agência de Desenvolvimento Solidário” In: CUT. Sindicalismo e Economia Solidária – Reflexões sobre o projeto da CUT. Pág 61

²⁸ Idem, ibidem. Pág 62

²⁹ CUT. Sindicalismo e Economia Solidária – Reflexões sobre o projeto da CUT. Pág 18

Mas como estes empreendimentos conseguiriam se manter no interior das disputas e margem de manobras do mercado? Para Luiz Inácio Gaiger, a força destes empreendimentos estaria no “solidarismo empreendedor”:

“A força desses empreendimentos reside em sua capacidade de conciliar, simbioticamente as relações de trabalho que lhe são próprias com os imperativos de eficiência, de modo que a própria cooperação converta-se em viga-mestre de uma nova racionalidade sócio-econômica: o solidarismo empreendedor. Assim, sendo, a busca de resultados vale-se das potencialidades do trabalho consorciado, em favor dos próprios produtores e no interesse da sobrevivência do empreendimento.³⁰”

A racionalidade econômica do “solidarismo empreendedor” foi exemplificada no gráfico que vemos abaixo:

O solidarismo empreendedor



³⁰ P.40

- | | | |
|---------------------|---|-------------------------|
| - propriedade comum | → | - gerenciamento |
| - cooperação | | - planejamento |
| - democracia | | - capacitação |
| - autogestão | ← | - eficiência |
| | | - viabilidade econômica |

No gráfico vemos uma tentativa de “mescla”, numa área de interseção, entre o “espírito empresarial” e o “espírito solidário”, junção do “realismo” e “idealismo”, que abstratamente forjaria a concepção dos empreendimentos econômicos solidários. Esta concepção foi ratificada logo depois, no VII Congresso Nacional da CUT (2000).

Foi a partir do VII CONCURT que própria Central passou a intitular-se “CUT Cidadã”, avaliando que a principal marca da última gestão (1997-2000) foi consolidar uma nova agenda para o sindicalismo brasileiro:

“A principal marca da atual gestão foi a afirmação de uma nova agenda sindical, a agenda de uma CUT cidadã. (...)Uma nova agenda capaz de reconhecer e representar aspirações e necessidades do trabalhador para além do salário e que, em função de suas diferenças, seja de idade, sexo, raça, procedência, escolaridade etc., sofre de forma diferente o impacto do desemprego, da diminuição de direitos e da exclusão. Assim, nossa atuação é condicionada pela combinação da luta institucional com as lutas de massa e pela atuação em novas frentes, agregando à nossa pauta sindical elementos essenciais para a conquista da plena cidadania”³¹.

Como nos afirma Eliane Mora, esta concepção de cidadania tinha um conteúdo de classe, uma “cidadania sempre procurada em companhia dos setores burgueses democráticos no espaço de sociedade civil, pois não é só o Estado ou o mercado que devem ser os responsáveis pela execução das políticas que conduzam à cidadania”³², forjando uma cultura de “assimilação da visão de mundo difundida pelo neoliberalismo da Terceira Via, acrescida do método afirmativo/propositivo que garante a desorganização da classe. Como se a melhor forma de combater o projeto político/ideológico hegemônico fosse assimilá-lo, ressignificá-lo e/ou “radicalizá-lo” e difundi-lo para a classe”³³.

³¹ Idem, ibidem.

³² MORA, Eliane Arenas. O caminho da subsunção da Política nacional de Formação da CUT às Diretrizes de Sociabilidade Neoliberais. 2007. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal Fluminense. Pág 208

³³ Idem, ibidem. Pág 208

Na deliberação “Estratégias para as ações políticas da CUT” do VII CONCUR, a Central via a “Economia Solidária” como uma estratégia inovadora para o combate ao desemprego e a exclusão social, pois “diante do aumento do desemprego e da informalidade, os sindicatos cutistas não podem se manter numa posição de omissão na qual a última relação que tem com os trabalhadores desempregados é a homologação da rescisão do contrato de trabalho. A “economia solidária” tem se apresentado como uma nova forma de se constituir alternativa de luta contra o desemprego e diálogo concreto com os desempregados e demais setores marginalizados pelas grandes cadeias produtivas”³⁴.

Na resolução “Economia Solidária”, a CUT deliberou pela primeira vez em um Congresso Nacional uma política única de implementação no interior da Central de ações no campo do cooperativismo e intermediação de mão-de-obra. O objetivo era legitimar a “rede CUT” construída em torno dessas políticas, avançando na integração dos sindicatos da base na “incubação” de novos empreendimentos. Como passo importante nesta perspectiva estava a Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS), a qual seria referendada neste Congresso, tendo como objetivos: “a geração de novas oportunidades de trabalho e renda em organizações de caráter solidário e a contribuição à construção de alternativas de desenvolvimento social e sustentável; o fomento aos valores da solidariedade na sociedade; democratizar o acesso dos trabalhadores ao crédito; proporcionar a formação de agentes de desenvolvimento solidário; apoiar a criação e a viabilização de empreendimentos solidários; construir alternativas de comercialização; ampliar o acesso dos trabalhadores a informações sobre políticas públicas, legislação e mercado; e proporcionar assessoria técnica, jurídica e política às organizações solidárias”³⁵.

Defendia-se, também, uma política de crédito da CUT via ADS, que seria um “instrumento de apoio aos empreendimentos solidários, conciliando aumento de produção e produtividade com ampliação do trabalho, adequado manejo do meio ambiente e melhoria da qualidade de vida” e a criação de um programa de educação e de pesquisas em economia solidária, a qual deveria “proporcionar a formação de uma massa crítica capaz de produzir e multiplicar novos processos de desenvolvimento tendo por base a economia solidária e o avanço em conceitos e práticas sindicais e sociais capazes de potencializar os compromissos mais imediatos e de classe da organização dos trabalhadores e dos setores marginalizados e excluídos”³⁶.

Para implementação do “Programa de educação em economia solidária”, tinha-se enquanto objetivo “realizar levantamento, em nível nacional, das atuais experiências de economia solidária”,

³⁴ Idem, *ibidem*.

³⁵ Idem, *ibidem*.

³⁶ CUT. Resoluções do VII Congresso Nacional da CUT (2000). In: CUT 20 anos – 1983 a 2003. *CD-ROM*

como também ampliar a relação da CUT com a ADS e a Unisol Cooperativas, para que assim fosse possível a “constituição de novos negócios”, através de linhas de crédito especiais concedidas pelo BNDES:

“Buscar atuar com outras iniciativas já em curso, como a Unisol Cooperativas – União e Solidariedade das Cooperativas do Estado de São Paulo –, criando a partir do plano regional uma intervenção em escala nacional que concretize as mudanças necessárias na legislação, por meio das mobilizações e pressões políticas. Viabilizar, com a participação da ADS, linhas de crédito, principalmente junto ao BNDES, que tenham tratamento diferenciado (juros, carência etc.) nos casos nos quais os trabalhadores, organizados em cooperativas autênticas, tenham a intenção de adquirir empresas em dificuldades econômicas, bem como para a constituição de novos negócios, com o claro objetivo de manter e/ou gerar trabalho, renda e desenvolvimento social”³⁷.

Como afirma Marcos Ferraz, a formação da ADS e sua incorporação pelo VII CONCUR implicavam em formas de despolitização do sindicalismo. Dentre estas formas, destacar-se-iam duas:

“A primeira compreende que a ação da ADS corresponde a políticas compensatórias e não organizaria uma luta de oposição ao capital. A segunda verifica uma autonomização do corpo técnico da ADS que a retira do campo decisório, propriamente político, dos dirigentes da Central”³⁸.

Esta concepção tinha eco nas correntes minoritárias, como afirma um dos sindicalistas da oposição à direção majoritária, Jorge Luis Martins:

“O problema da Agência de Desenvolvimento Solidário, na verdade, é que ela rebaixa a discussão histórica do movimento operário. Da necessidade de se construir cooperativas populares, de autogestão, passa-se a uma forma de política compensatória frente à reestruturação produtiva e ao desemprego estrutural”³⁹.

A ADS baseava seu processo de estruturação através de um plano trienal, composto pelos programas: 1) Programa de Crédito Solidário; 2) Programa de Educação; 3) Programa de Pesquisa; 4) Programa de Incubação e Formação de Redes de Economia Solidária; 5) Ação Institucional.

O objetivo do Programa de Crédito Solidário era “organizar meio para facilitar e ampliar o acesso dos trabalhadores ao crédito. Este programa deve iniciar-se por um processo de organização de uma rede nacional de crédito solidário, buscando integrar as instituições existentes entre si e à

³⁷ Idem. Ou seja, as linhas de crédito via BNDES já eram defendidas antes da chegada da CUT ao governo através da eleição de Lula da Silva em 2002.

³⁸ FERRAZ, Marcos. Da Cidadania Salarial à Agência de Desenvolvimento Solidário. O Sindicalismo-CUT e os desafios para enfrentar uma nova cidadania. Tese de Doutorado. São Paulo, USP, pág 149

³⁹ Jorge Luis Martins. Entrevista concedida à Marcos Ferraz. Retirado de: idem, ibidem. Pág 149

Agência, e construir uma estratégia nacional de ação na área de crédito solidário”. Para a ADS, a política de microcrédito deveria ser executada através de “convênio com órgãos públicos e privados, brasileiros e do exterior, para fazer o repasse de recursos para o financiamento dos empreendimentos solidários”⁴⁰. O objetivo era a conformação de cooperativas de economia e crédito mútuo, cooperativas de crédito rural, e sociedade de crédito, financiamento e investimento.

O “Programa de Educação” da ADS tinha o objetivo de articular os programas de “economia solidária” baseados no cooperativismo, e a formação profissional realizada no âmbito da CUT, através da Secretaria Nacional de Formação. Segundo o documento, o Programa de Educação em Economia Solidária deveria “proporcionar a formação de agentes na construção da economia solidária e a formação profissional voltada para a ampliação de autonomia e da capacidade de gestão.” Existia o objetivo também de criação de cursos de pós-graduação, em parceria com Universidades brasileiras e com o Instituto de Estudos Sociais (ISS-Holanda), para a “formação de agentes, analistas e formuladores de políticas em economia solidária e gestores de empreendimento solidários”. Além disso, haveria uma política de intercâmbio com as Universidades Holandesas ISS e Wangeningen.

Nesse sentido, a formação profissional em economia solidária estava sendo implementada através da parceria direta com a Secretaria Nacional de Formação da CUT. A ADS nascia de forma articulada “com os projetos de formação profissional da CUT, financiados por recursos públicos do FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador)⁴¹. Na Região Sul, as atividades de formação profissional da ADS/CUT para área rural eram desenvolvidas através do projeto Terra Solidária; na Região Nordeste, estavam articuladas com o “Projeto Regional de Desenvolvimento Sustentável e Solidário”, como também com os Projetos Estaduais do Ceará, Bahia e Pernambuco; na região Norte, as políticas de formação profissional e pesquisa estavam imbricadas com o “Projeto Regional Vento Norte” e com o “Projeto Raízes” nos Estados do Pará, Acre, Rondônia, Roraima, e Amazonas.

Em relação ao Programa voltado para Pesquisa, em parceria com a Unitrabalho, o fundamental era “construir novos conhecimentos no campo da economia solidária e realizar estudos que orientem a definição de estratégias e políticas da Agência (ADS)”, com vistas a “subsidiar a caracterização de iniciativas solidárias e desenvolver metodologias aplicadas ao acompanhamento e à avaliação permanente da transformação dessas experiências em paradigmas para o desenvolvimento da ADS/CUT”⁴². O Programa de Pesquisa ainda estava orientado para “contribuir

⁴⁰ Idem, ibidem. Pág 63

⁴¹ Idem, ibidem. Pag 63

⁴² Idem, ibidem. Pág 64

na definição das estratégias de crédito de incubação e de mercado”, como também na elaboração de materiais sobre “as instituições de apoio ao desenvolvimento tecnológico, gerencial e organizacional aplicadas aos empreendimentos solidários”. A ADS também tinha pesquisas específicas para a área legislativa referente à criação, solvência e incentivos fiscais para o cooperativismo.

O “Programa de Incubação e Formação de Rede de Economia Solidária” tinha o intuito de implantar projetos pilotos na área, especialmente no interior da rede de incubadoras universitárias. Buscava-se um “processo de mobilização, formação em economia solidária, legalização e organização do empreendimento e acompanhamento (assistência técnica, jurídica, financeira e administrativa)”⁴³. O primordial era apoiar a criação de empreendimentos em economia solidária e viabilizá-los através da constituição de redes articuladas. Era também estratégia do programa o processo de criação do selo de produtos e serviços em Economia Solidária, em conjunto com uma política de marketing no mercado brasileiro⁴⁴.

Por fim, o Programa de “Ação Institucional” tinha como objetivo “realizar o acompanhamento permanente do andamento dos debates parlamentares sobre as questões relativas à economia solidária, à formulação de propostas para a legislação (...) e ao acompanhamento, análise e formulação de propostas de políticas públicas para a economia solidária (políticas de crédito, tecnologia, política fiscal, políticas regionais e setoriais e abertura comercial, etc)”⁴⁵.

No ano de 2000, a ADS consolidou a sua atuação na área da economia solidária. Em conjunto com a Unitrabalho realizou sobre economia solidária brasileira, e a partir dos seus resultados dessa pesquisa, planejou sua intervenção. Como nos diz Marcos Ferraz, baseado no Plano de Trabalho da ADS⁴⁶, a Agência atuou neste ano em diversos empreendimentos nos quatro cantos do país:

“Em convênio com a PUCSP, montou um curso de extensão em economia solidária, formando 35 trabalhadores. Em parceria com a Cresol – Sistema de Cooperativas de Crédito Rural com Integração Solidária – começou a estruturar um projeto de um sistema nacional de crédito. Conjuntamente com a Rede de Incubadoras Universitárias de Cooperativas, assessorou 22 empreendimentos solidários, atingindo um conjunto de 11.704 trabalhadores. Através da própria estrutura de formação cutista, qualificou 210 dirigentes sindicais nos cursos de Formação de Dirigentes em Economia Solidária, 25 assessores (ligados a ADS, Escolas da CUT, Sindicatos, ONG’s e incubadoras de cooperativas) no curso de Formação de Formadores em Economia Solidária, montou cursos de cooperativismo de crédito em vários estados e organizou um banco de dados com indicadores ambientais, sociais, de desempenho econômico e de posição de mercado, referentes aos empreendimentos solidários

⁴³ Idem, ibidem. Pág 64

⁴⁴ Idem, ibidem. Pág 64

⁴⁵ Idem, ibidem. Pág 64

⁴⁶ CUT. ADS: Relatório de Atividades – 2000. São Paulo: ADS-CUT, 2000.

assessorados pela ADS. Também estruturou seis escritórios no país: Escritório Nacional, em São Paulo; Escritório Regional da Amazônia, em Belém; Escritório Estadual do Ceará, em Fortaleza; Escritório Estadual de Pernambuco, em Recife; Escritório Estadual da Bahia, em Salvador e Escritório Regional Sul, em Florianópolis. Na Região Amazônica, ainda nesse mesmo ano, em conjunto com a ICCO (Organização Intereclesiástica para a Cooperação ao Desenvolvimento) começou a intermediar crédito – nacional e europeu – para a COOPAGRI, a CAMP e a COOPAEXPA, três cooperativas formadas a partir da falência da Amafrutas, uma indústria de sucos de frutas no Pará. As três cooperativas tiveram assessoria da Agência em sua fundação. Em parceria com a Prefeitura de Belém iniciou organização dos pequenos produtores do pólo moveleiro da cidade. A ADS atuou na pesquisa e no diagnóstico do setor, organizou cursos de gestão e feiras de móveis artesanais. Em Pernambuco, assessorou a criação de uma cooperativa de crédito para dar suporte a Companhia Agrícola Harmonia, sociedade anônima constituída por trabalhadores a partir da falência da Usina Catende de produção de açúcar. Nesse empreendimento, também assessorou o planejamento estratégico. Ainda atuou junto ao Movimento dos Pescadores do Pará, às Cooperativas de produção de algodão orgânico em Quixeramobim e Vale do Jaguaribe (CE), à Cooperativa de Jovens do Sisal (BA), à Unisol 117 (SP) e à Federação dos Produtores de Maricultura de Santa Catarina – FAMASC.⁴⁷”

A atuação da ADS tornava-se cada vez mais ampla, atingindo um grande número de empreendimentos, além da criação de escritórios locais em diversos estados, bases de sua futura instalação e desmembramento. Além disso, a ADS também realizava parcerias com outras entidades privadas, como o SEBRAE.

Em 9 de outubro de 1990, o Cebrae foi transformado em Sebrae pelo decreto nº 99.570, que complementa a Lei nº 8029, de 12 de abril. A entidade desvinculou-se da administração pública e transformou-se em uma instituição privada, mantida por repasses das maiores empresas do país, proporcionais ao valor de suas folhas de pagamento. Para termos uma noção da estrutura do Sebrae, no ano de 2008 o sistema tinha uma receita anual de R\$1.880.850.627,00⁴⁸.

No texto “A Comercialização na Economia Solidária”, realizado pela ADS em parceria com a CUT e o Sebrae, a concepção da produção e comércio das mercadorias estava calcada na defesa de existência de “mercados solidários”:

“Os mercados solidários construíram-se a partir de uma evolução histórica do próprio conceito de mercado. Surgiram, basicamente, como uma reação às formas com que as relações comerciais foram se estabelecendo, ao longo do tempo, em função de profundas desigualdades observadas nas transações entre os países mais e menos desenvolvidos.”⁴⁹”

Estes “mercados solidários” teriam, ainda, como princípio a difusão da dignidade tanto para os trabalhadores, quanto para os compradores dos produtos:

⁴⁷ FERRAZ, Marcos. Da Cidadania Salarial à Agência de Desenvolvimento Solidário. O Sindicalismo-CUT e os desafios para enfrentar uma nova cidadania. Tese de Doutorado. São Paulo, USP. Pág 147

⁴⁸ SEBRAE. Execução orçamentária do sistema SEBRAE – janeiro a dezembro de 2008 (mimeo)

⁴⁹ ADS/CUT & SEBRAE. A Comercialização na Economia Solidária. ADS, São Paulo: 2002. P.17

“O mercado solidário, também conhecido como comércio justo (fair trade), responsável ou consciente, demonstra o exercício da cidadania, por meio de decisões individuais de consumo, contra situações injustas ou desiguais. Isso se traduz em preços, salários e condições de trabalho dignos, que permitem garantir melhor remuneração e qualidade de vida aos trabalhadores, sobretudo pela eliminação de intermediações desnecessárias que prevalecem no comércio tradicional”⁵⁰.

Esta ênfase na construção de “empreendimentos solidários”, seja através de financiamento público, ou com parcerias com entidades privadas, vinha da análise da CUT de que era necessário combater o desemprego de forma mais imediata, saindo apenas do espectro da “luta meramente sindical”, propondo soluções e alternativas de empregabilidade para os trabalhadores:

“O crescente desemprego e a insuficiência das políticas de geração de emprego tem levado um grande número de trabalhadores a buscar formas alternativas de trabalho e renda, seja na economia formal (existiam em 1997, segundo o IBGE, mais de 12 milhões de trabalhadores no mercado informal), ou em cooperativas de diversos tipos. (...) O desemprego estrutural, a economia informal e a precarização do trabalho devem continuar conformando uma grande massa de trabalhadores que necessitam de políticas alternativas. A Economia Solidária representa, na atualidade, a principal política de geração de novas oportunidades de trabalho e distribuição de renda.”⁵¹

A CUT, através da sua atuação direta, ou indireta via ADS, irá progressivamente subordinar sua atuação, deixando a luta sindical como seu centro, passando para a construção de “entidades públicas não estatais” que tem como finalidade a realização de políticas sociais privatizadas. A própria CUT irá tornar-se uma organização muito mais próxima do perfil de uma “entidade pública não estatal”, do que de uma verdadeira Central Sindical, tendo como eixo de sua prática e financiamento o recebimento de recursos públicos para realização de serviços sociais. Iniciado através do recebimento de recursos provenientes do FAT para formação profissional, esta perspectiva será ampliada e aprofundada pela Agência de Desenvolvimento Solidário.

Dessa maneira, a atuação social-liberal da CUT vem antes do da eleição de Lula da Silva como presidente da República, quando essa se tornou parte do núcleo duro da direção política e intelectual das classes dominantes, com a chegada de um grande número de ex-dirigentes a cargos estratégicos no Estado. A nova hegemonia social-liberal, consolidada durante o Governo Lula da Silva, foi gestada durante o final da década de 1990 e início de 2000, e teve como propagadora de seu consenso no interior da sociedade-civil as novas práticas realizadas pela CUT. A conversão

⁵⁰ P.18

⁵¹ ADS. Programa de Formação em Economia Solidária, 2001. Mimeo. Pág 4.

orgânica da CUT em direção ao social-liberalismo, sendo dirigida intelectual e moralmente pela burguesia, foi base do exercício da hegemonia social-liberal no período em questão, e teve a produção das assim chamadas “entidades públicas não estatais” e todo seu aparelho burocrático como um dos principais pilares do ponto de vista político e ideológico. Mais do que ser “cooptada” por um novo governo social-liberal, a CUT produziu, no interior da sociedade civil, o consenso necessário que possibilitou a ascensão e consolidação na sociedade política de um programa social-liberal.

Com o Governo Lula da Silva, a perspectiva da atuação da própria CUT e da ADS como “entidades públicas não estatais”, ou seja, como entidades privadas com financiamento estatal, será ainda mais efetiva, e a CUT se tornará um verdadeiro “dique” das classes subalternas. Uma atuação cada vez mais privada, menos pública, e subordinada financeiramente ao Estado. Mas este é um tema para outro texto.